

CURSO DE TEOLOGIA PARA LEIGOS

Heresias Trinitárias

Após verificar que o Filho de Deus é verdadeiro Deus com o Pai e o Espírito Santo, a atenção dos teólogos devia voltar-se mais detidamente para a questão: como Jesus pode ser autêntico Deus e autêntico homem? Como se relacionam entre si a Divindade e a humanidade de Jesus? A resposta a estas perguntas exigiu grande esforço por parte dos estudiosos, que a formularam em quatro etapas:

- 1) a fase apolinarista;
- 2) a fase nestoriana;
- 3) a fase monofisita;
- 4) a fase monotelita.

A seguir, estudaremos as três primeiras destas etapas.

O Apolinarismo

Em plena controvérsia ariana, o Bispo Apolinário de Laodicéia (Síria), 310-390, mostrava-se fervoroso defensor do Credo niceno contra os arianos, mas afirmava que em Cristo a natureza humana carecia de alma humana; tomava ao pé da letra as palavras de S. João 1,14: “O Lógos se fez carne”, entendendo carne no sentido estrito, com exclusão de alma. O Lógos de Deus faria as vezes de alma humana em Jesus, isto é, seria responsável pelas funções vitais da natureza humana assumida pelo Lógos. Os argumentos em favor desta tese eram os seguintes: duas naturezas completas (Divindade e humanidade) não podem tornar-se um ser único; se Jesus as tivesse, Ele teria duas pessoas ou dois eu ’ o que seria monstruoso. Além disto, dizia, onde há um homem completo, há também o pecado; ora o pecado tem origem na vontade; por conseguinte, Jesus não podia ter vontade humana nem a alma espiritual, que é a sede da vontade. Apolinário expôs suas ideias no livro “Encarnação do Verbo de Deus”, que ele apresentou ao Imperador Joviano e que os seus discípulos difundiram. ’ Foram condenadas num sínodo de Alexandria em 362; depois, pelo Papa S. Dâmaso em 377 e 382 e, especialmente, pelo Concílio de Constantinopla I (381). Verificando a oposição que lhe faziam bons teólogos, Apolinário limitou-se a negar a presença de mente (nous) humana em Jesus. S. Gregório de Nissa († 394) e outros autores lhe responderam mediante belo princípio: “O que não foi assumido pelo Verbo, não foi redimido” ’ o que quer dizer: Deus quer santificar e salvar a natureza humana pelo próprio mistério da Encarnação ou pela união da Divindade com a humanidade; se pois, a humanidade estava mutilada em Jesus, ela não foi inteiramente salva. Em Antioquia, fundou-se uma comunidade apolinarista, tendo à frente o Bispo Vital. Por volta de 420 esta foi reabsorvida pela Igreja ortodoxa, mas nem todos os seus membros abandonaram o erro,

que reviveu, de certo modo, na heresia monofisita.

O Nestorianismo.

Afirmada a existência da natureza humana completa em Jesus, os teólogos puderam estudar mais detidamente o modo como humanidade e Divindade se relacionaram em Cristo. Antes, porém, de entrar em particulares, devemos mencionar as duas principais escolas teológicas da antigüidade: a alexandrina e a antioquena, que muito influíram na elaboração da Cristologia. A escola alexandrina era herdeira de forte tendência mística; procurava exaltar o divino e o transcendental nos artigos da fé. Interpretava a S. Escritura em sentido alegórico, tentando desvendar os mistérios divinos contidos nas Sagradas Letras. Em assuntos cristológicos, portanto, era inclinada a realçar o divino, com detrimento do humano. Ao contrário, a escola antioquena era mais dada à filosofia e à razão: voltava-se mais para o humano, sem negar o divino. Interpretava a S. Escritura em sentido literal e tendia a salientar em Jesus os predicados humanos mais do que os atributos divinos. Era mais racional, ao passo que a de Alexandria era mais mística. Dito isto, voltemos à história do dogma cristológico. A primeira tentativa de solução foi encabeçada por Nestório, elevado à cátedra episcopal de Constantinopla em 428. Afirmava que o Lógos habitava na humanidade de Jesus como um homem se acha num templo ou numa veste; haveria duas pessoas, em Jesus uma divina e outra humana, unidas entre si por um vínculo afetivo ou moral. Por conseguinte, Maria não seria a Mãe de Deus (Theotókos), como diziam os antigos, mas apenas Mãe de Cristo (Christokós); ela teria gerado o homem Jesus, ao qual se uniu a segunda pessoa da SS. Trindade com a sua Divindade. Nestório propunha suas ideias em pregações ao povo, nas quais substituíam o título “Mãe de Deus” por “Mãe de Cristo”. As suas concepções suscitaram reação não só em Constantinopla, mas em outras regiões também, especialmente em Alexandria, onde S. Cirilo era Bispo ardoroso. Este escreveu em 429 aos bispos e aos monges do Egito, condenando a doutrina de Nestório. As duas correntes se dirigiram ao Papa Celestino I, que rejeitou a doutrina de Nestório num sínodo de 430. Deu ordem a S. Cirilo para que intimasse Nestório a retirar suas teorias no prazo de dez dias, sob pena de exílio; Cirilo enviou ao Patriarca de Constantinopla uma lista de doze anatematismos que condenavam o nestorianismo. Nestório não se quis dobrar, de mais a mais que podia contar com o apoio do Imperador; além do mais, tinha muitos seguidores na escola antioquena, entre os quais o próprio Bispo João de Antioquia. Em 431, o Imperador Teodósio II, instado por Nestório, convocou para Éfeso o terceiro Concílio Ecumênico a fim de solucionar a questão discutida. S. Cirilo, como representante do Papa Celestino I, abriu a assembleia diante de 153 Bispos. Logo na primeira sessão, foram apresentados os argumentos da literatura antiga favoráveis ao título Theotókos, que acabou sendo solenemente proclamado; daí se seguia que em Jesus havia uma só pessoa (a Divina); Maria se tornara Mãe de Deus pelo fato de que Deus quisera assumir a natureza humana no seu seio. Quatro dias após esta sessão, isto é, a 26/06/431 chegou a Éfeso o Patriarca João de Antioquia, com 43 Bispos seus seguidores, todos favoráveis a Nestório; não quiseram unir-se ao Concílio presidido por

S. Cirilo, representante do Papa; por isto formaram um conciliábulo, qual depôs Cirilo. O Imperador acompanhava tudo de perto e sentia-se indeciso. S. Cirilo então mobilizou todos os seus recursos, para mover Teodósio II em favor da reta doutrina; nisto foi ajudado por Pulquéria, piedosa e influente irmã mais velha do Imperador. Este finalmente apoiou a sentença de Cirilo e exilou Nestório. Todavia os antioquenos não se renderam de imediato; acusavam Cirilo de arianismo e apolinarismo. Após dois anos de litígio, em 433 puseram-se de acordo sobre uma fórmula de fé que professava um só Cristo e Maria como Theotókos. O Nestorianismo, porém, não se extinguiu. Os seus adeptos, expulsos do Império Bizantino, foram procurar refúgio na Pérsia, onde fundaram a Igreja Nestoriana. Esta teve notável expansão até a China e a Índia Meridional; mas do século XIV em diante foi definhando por causa das incursões dos mongóis; em grande parte, os nestorianos voltaram à comunhão da Igreja universal (são hoje os cristãos caldeus e os cristãos de São Tomé). Em nossos dias muitos estudiosos têm procurado reabilitar a pessoa e a obra de Nestório, que parece ser autor de uma apologia intitulada “Tratado de Heraclides de Damasco”: pode-se crer que tenha tido reta intenção ; mas certamente sustentou posições errôneas por se ter apegado demasiadamente à Escola Antioquena.

O Monofisismo

A luta contra o Nestorianismo, que admitia em Jesus duas naturezas e duas pessoas, deu ocasião ao surto do extremo oposto, que é o monofisismo ou monofisitismo (“em Jesus há uma só natureza e uma só pessoa: a divina”). O primeiro arauto desta tese foi Eutiques, arquiandrita de Constantinopla: reconhecia que Jesus constava originariamente da natureza divina e da humana, mas afirmava que a natureza divina absorveu a humana, divinizando-a; após a Encarnação, só se poderia falar de uma natureza em Jesus: a divina. Esta doutrina tornou-se a heresia mais popular e mais poderosa da antiguidade, pois, para os orientais, a divinização da humanidade em Cristo era o modelo do que deve acontecer com cada cristão. Eutiques foi condenado como herege no Sínodo de Constantinopla em 448, sob o Patriarca Flaviano. Todavia não cedeu e reclamou contra uma pretensa injustiça, pois tencionava combater o Nestorianismo. Conseguiu assim ganhar os favores da corte. Solicitado pelo Patriarca Dióscoro de Alexandria, Teodósio II Imperador convocou em 449 novo Concílio Ecumênico para Éfeso, confiando a presidência do mesmo a Dióscoro, que era partidário de Eutiques. Dióscoro, tendo aberto o Concílio negou a presidência aos legados papais; não permitiu que fosse lida a Carta do Papa S. Leão Magno, que propunha a reta doutrina: as duas naturezas em Cristo não se misturam nem confundem, mas cada qual exerce a sua atividade própria em comunhão com a outra; assim Cristo teve realmente fome, sede e cansaço, como homem, e pôde ressuscitar mortos como Deus. ‘ Esse Concílio de Éfeso proclamou a ortodoxia de Eutiques; depôs Flaviano, Patriarca de Constantinopla, e outros Bispos contrários à tese monofisita... Todavia os seus decretos foram de curta duração. Os Bispos de diversas regiões o repudiaram como ilegítimo ou, segundo a expressão do Papa São Leão Magno, como “latrocínio de

Éfeso”; pediam novo Concílio que de fato foi convocado após a morte de Teodósio II pela Imperatriz Pulquéria (irmã de Teodósio) e pelo general Marciano, que em 450 foi feito Imperador e se casou com Pulquéria. O novo Concílio, desta vez legítimo, reuniu-se em Caledônia, diante de Constantinopla, em 451; foi o mais concorrido da antigüidade, pois dele participaram mais de 600 membros, entre os quais três legados papais. A assembléia rejeitou o “latrocínio de Éfeso”; depôs Dióscoro e aclamou solenemente a Epístola Dogmática do Papa São Leão a Flaviano; esta serviu de base a uma confissão de fé, que rejeitava os extremos do Nestorianismo e do Monofisismo, propondo em Cristo uma só pessoa e duas naturezas: “Ensinamos e professamos um Único e idêntico Cristo... em duas naturezas, não confusas e não transformadas, não divididas, não separadas, pois a união das naturezas não suprimiu as diferenças; antes, cada uma das naturezas conservou as suas propriedades e se uniu com a outra numa Única pessoa e numa Única hipóstase”. Assim terminou a fase principal das disputas cristológicas: em Cristo não há duas naturezas e duas pessoas, pois isto destruiria a realidade da Encarnação e da obra redentora de Cristo; mas também não há uma só natureza e uma só pessoa, pois Cristo agiu como verdadeiro homem, sujeito à dor e à morte para transfigurar estas nossas realidades. Havia, pois, uma só pessoa (um só eu) divina, que, além de dispor da natureza divina desde toda a eternidade, assumiu a natureza humana no seio de Maria Virgem e viveu na terra agindo ora como Deus, ora como homem, mas sempre e somente com o seu eu divino. O encerramento do Concílio de Calcedônia não significou a extinção do monofisismo. Além da atração que esta doutrina exercia sobre os fiéis (especialmente os monges), propondo-lhes a humanidade divinizada de Cristo como modelo, motivos políticos explicam essa persistência da heresia; com efeito, na Síria e no Egito certos cristãos viam no Monofisismo a expressão de suas tendências nacionalistas, opostas ao helenismo e à dominação bizantina. Por isto os monofisitas continuaram a lutar contra o Imperador, que havia exilado Dióscoro e Eutiques e ameaçado de punição os adeptos destes: ocuparam sedes episcopais; inclusive a de Jerusalém (ao menos temporariamente). No século VII a situação se agravou, pois os muçulmanos ocuparam a Palestina, a Síria e o Egito, impedindo a ação de Bizâncio em prol da ortodoxia nesses países. Em consequência, os monofisitas foram constituindo Igrejas nacionais: a armena, a síria, a mesopotâmica, a egípcia e a etíope, que subsistem até hoje com cerca de 10 milhões de fiéis. No Egito, os monofisitas tomaram o nome de coptas, nome que guarda as três consoantes da palavra grega Aigýptos (g ou k, p, t); são os antigos egípcios. Os ortodoxos se chamam melquitas (de melek, Imperador), pois guardam a doutrina ortodoxa patrocinada pelo Imperador em Calcedônia. Há coptas que se uniram a Roma em 1742, enquanto os outros permanecem monofisitas, mas professam quase o mesmo Credo que os católicos. Na Abissínia os monofisitas também são chamados coptas pois receberam forte influência do Egito. ‘ Dentre os melquitas, grande parte aderiu ao cisma bizantino, separando-se de Roma em 1054; certos grupos, porém, estão hoje unidos à Igreja universal; ver capítulo 21. Na Síria e nos países vizinhos, os monofisitas foram chamados jacobitas, nome derivado de um dos seus primeiros chefes: Jacó Baradaí (= o homem da coberta de cavalo, alusão às suas vestes maltrapilhas). Jacó, bispo de Edessa (541-578), trabalhou com zelo e êxito para consolidar as Comunidades monofisitas, As

quais deu por cabeça o Patriarca Sérgio de Antioquia (544). A história das disputas cristológicas prosseguirá no capítulo seguinte.

As Heresias Trinitárias

Um dos mais sérios problemas doutrinários que se puseram na Igreja antiga, foi o da conciliação da unidade de Deus (firmemente professada pelo Antigo Testamento) com a Trindade de Pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo, tais como nos foram revelados pelo Novo Testamento). A inteligência dos cristãos se pôs à procura de uma fórmula satisfatória, que, após duras controvérsias, foi definida pelos Concílios de Nicéia I (325) e Constantinopla I (381). É a história dessa longa reflexão que vamos estudar

O monarquianismo

Nos séculos II/III alguns escritores cristãos julgavam que o Verbo (Lógos) ou o Filho de Deus só se tornara pessoa no tempo; em vista da criação do mundo, o Pai teria gerado ou emitido o Lógos, de modo a constituir a segunda Pessoa da SS. Trindade. ' Esta concepção negava a eternidade do Filho de Deus e o subordinava ao Pai. Todavia os defensores dessa teoria afirmavam a Divindade do Filho, de modo que não suscitavam grave polêmica na sua época.

Podemos dizer que a primeira tentativa sistemática de conciliar unidade e pluralidade em Deus professava a unidade com detrimento da pluralidade. Chamou-se, por isto, monarquianismo, expressão derivada da exclamação: "Monarchiam tenemus. ' Conservamos a monarquia" (Tertuliano, *Adversus Praxeam* 3). Apresentava duas fórmulas:

O monarquianismo dinamista

O monarquianismo dinamista professou que Jesus era mero homem, o qual no momento do Batismo terá sido revestido de poder (*dynamis*) divino; foi, portanto, um homem adotado por Deus como Filho, com intensidade especial. O fundador desta corrente foi Teódoto de Bizâncio, cristão de notável cultura grega, que o Papa São Vítor excomungou (190). Os seus discípulos, Asclepiódoto e Teódoto o jovem, quiseram organizar uma comunidade própria, para qual nomearam um Bispo chamado Natal; este foi o primeiro antipapa, o qual, arrependido, tornou-se ao seio da Igreja. Tal corrente teve novo representante na pessoa de Paulo de Samosata, homem ambicioso. Este via em Jesus um mero homem no qual terá habitado "como num templo" o Logos ou a Sabedoria de Deus, que em escala menor habitava em Moisés e nos profetas. Um concílio regional reunido em Antioquia excomungou Paulo (268); mas os numerosos adeptos deste continuaram a professar a sua doutrina, de modo que o Concílio

ecumênico de Nicéia teve que se ocupar com a escola dos paulanos (325).

É de notar que o mencionado Concílio de Antioquia em 268 rejeitou a afirmação de que o Filho ou Logos é da mesma substância ou natureza (homooúsios) que o Pai. Ora precisamente esta expressão foi consagrada pelo Concílio de Nicéia I (325) como fórmula de fé. Para entender os fatos, devemos observar que Paulo de Samosata usava a palavra homooúsios para significar que o Logos ou o Filho era uma só pessoa com o Pai.

Monarquianismo modalista

Esta corrente ensinava que o Filho era o próprio Pai ou uma modalidade pela qual o Pai se manifestava; por conseguinte, o Pai terá padecido na cruz (donde o nome patri, de pater, pai; passianismo, de passus, padecido). Tal doutrina, devida a Noeto de Esmirna, foi levada para Roma e Cartago (África), dando origem ao partido patripassiano, que muito agitou a comunidade de Roma. O Papa Zeferino (198-217), numa declaração oficial, afirmou a Divindade de Cristo e a unidade de essência em Deus, sem, porém, negar, como faziam os patripassianos, a diversidade de pessoas do Pai e do Filho. O modalismo foi estendido por Sabélio, em Roma, ao Espírito Santo. Este pregador professava três revelações de Deus: uma, como Pai, na criação e na legislação do Antigo Testamento; outra, como Filho, na Redenção; e a terceira, como Espírito Santo, na obra de santificação dos homens. Designava cada uma dessas manifestações como prósoyon, palavra grega que significava originariamente “máscara ou papel de ator de teatro”¹⁴, visto que posteriormente prósoyon significou também pessoa, a doutrina de Sabélio tornou-se ambígua e conquistou muitos adeptos, que de boa fé lhe aderiram sem querer negar a trindade de Pessoas em Deus. Como se vê, o grande problema consistia em afirmar a Trindade de Pessoas em Deus sem cair no triteísmo ou sem professar três deuses. A controvérsia havia de arder por todo o século IV, envolvendo todas as camadas da população, desde o Imperador até os mais simples fiéis; a ingerência do poder imperial, que desde 313 era simpático ao Cristianismo, contribuiu para tornar difíceis e penosas essas discussões teológicas; elas assumiam, não raro, um caráter direta ou indiretamente político. A problemática suscitou na Igreja os esforços de numerosos santos e doutores, que, com seus talentos intelectuais e sua vida, colaboraram decisivamente para a reta formulação da fé cristã. O período áureo da literatura cristã está precisamente ligado às disputas teológicas. Estudemos agora as controvérsias do século IV. Arianismo e semiarianismo Rejeitando o monarquianismo dinamista e modalista, a Igreja afirmava sua fé em Cristo, Pessoa Divina e distinta do Pai. Todavia não estava explicada a maneira como se relacionam entre si o Filho e o Pai. No século IV muitos admitiram a Divindade do Filho, subordinando-o, porém, ao Pai; donde resultou a tese do subordinacionismo, que teve em Ário de Alexandria o seu principal arauto. Arianismo O presbítero Ário de Alexandria foi mais longe do que os pensadores anteriores: afirmava que o Filho é criatura do Pai, a primeira e a mais digna de todas, destinada a ser instrumentos para a criação de outros seres. Em virtude da sua

perfeição, o Filho ou Logos poderia ser chamado “Filho de Deus”, como reza a tradição. O Bispo Alexandre de Alexandria reuniu um Sínodo local, contando cerca de cem Bispos, que condenaram a doutrina de Ário e dos seus seguidores em 318. A decisão foi comunicada a outros Bispos, inclusive ao Papa S. Silvestre. Ário, porém, conseguiu novos defensores para a sua causa – o que tornou mais árdua a controvérsia. Diante dos fatos, o imperador Constantino, que em 324 vencera Licínio, tornando-se Onico senhor do Império, resolveu intervir: tinha como assessor teológico o santo Bispo Ósio de Córdoba (Espanha), que Constantino enviou a Alexandria para aproximar Ário do Bispo Alexandre; a missão, porém, fracassou. Então Constantino resolveu convocar um Concílio ecumênico¹⁵ para Nicéia na Ásia Menor em 325, ao qual compareceram cerca de 300 Bispos, provenientes de todas as partes do mundo cristão; o Papa Silvestre, de idade avançada, mandou dois presbíteros seus representantes. As discussões foram longas e agitadas. Por fim, os padres conciliares redigiram o Símbolo de Fé de Nicéia, que afirmava ser o Filho “Deus de Deus, luz de luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não feito, consubstancial (homooúsios) ao Pai; por Ele foram feitas todas as coisas”. A palavra homooúsios torna-se, de então por diante, a senha da reta doutrina. Significava que o Filho é da mesma natureza (= Divindade) que o Pai; não saiu do nada como as criaturas, mas desde toda a eternidade foi gerado sem dividir a natureza divina. O Imperador Constantino tomou aos seus cuidados a defesa do Concílio ecumênico de Nicéia. Exilou Ário e quatro Bispos que não queriam aceitar, na íntegra, definição do Concílio. Condenou às chamas os escritos de Ário; seria punido quem os guardasse às ocultas.

As divisões do Arianismo

Infelizmente, porém, as controvérsias não terminaram. O termo homooúsios parecia a alguns suspeito de sabelianismo ou de modalismo. Por isto alguns Bispos e monges puseram-se a combater o Concílio, apoiados pelos Imperadores Constâncio (337-) e Valente (364-78), sucessores de Constantino. Do lado da ortodoxia, destacam-se: S. Atanásio, Bispo de Alexandria desde 328, que sofreu vários exílios; e o Papa Libério, que em 355 foi deportado pelo Imperador Constâncio; alguns historiadores antigos dizem que Libério conseguiu voltar à sua sede de Roma, subscrevendo uma fórmula de fé antinicensa e deixando de apoiar S. Atanásio; se isto é verdade, deve-se à fraqueza humana, mas não se tratava de definição solene e sim de um pronunciamento pessoal que o Papa fazia. De resto, sabe-se que Libério, uma vez retornado a Roma, combateu eficazmente o arianismo. Os antinicensos, com o respaldo do Imperador, julgaram-se vencedores, depondo Bispos e reunindo Concílios regionais. Acontece, porém, que se dividiram: tendo negado a identidade de substância entre o Pai e o Filho ou afirmaram uns que o Filho era semelhante (homoiousios) ao Pai, enquanto outros o tinham como dissemelhante (anhomoios). A controvérsia era alimentada também pela sutileza do linguajar; palavras próximas umas das outras tinham significados diferentes: assim homooúsios e homoiousios; genetós (feito) e gennetós (gerado), Nikainon (de Nikaia, sede do Concílio ortodoxo de 325) e Nikenon (de Nike, sede de um Concílio herético).

Finalmente, após mais de cinquenta anos de disputas ardentes, a ortodoxia foi prevalecendo, especialmente por obra dos três doutores da Capadócia (Ásia Menor): S. Basílio de Cesaréia († 379), S. Gregório de Naziano († 390) e S. Gregório de Nissa († 394). Estes elaboraram a fórmula grega: *mía ousía kaí treis hypostáseis*, uma essência (ou substância) e três pessoas, fórmula que exprimia fielmente o pensamento dos padres nicenos e o conteúdo da reta fé: há uma só Divindade, que se afirma três vezes ou em três Pessoas. O grande protetor da ortodoxia, no fim do século IV, foi o Imperador Teodósio (379-395), que, pouco depois de subir ao trono, convidou todos os habitantes do Império a aderir “aquela fé que professam Dâmaso em Roma e Atanásio em Alexandria”; mandou também entregar as igrejas de Constantinopla aos católicos. O Concílio Ecumênico de Constantinopla I (381) havia de consolidar a proclamação da reta fé contra o arianismo. Isto, porém, não quer dizer qual tal heresia se tenha extinto logo; várias tribos germânicas, entrando dentro das fronteiras do Império, foram evangelizadas por arianos, de modo que abraçaram o Cristianismo ariano sob forma de religião nacional. Resta agora estudar a discussão relativa ao Espírito Santo.

O Macedonianismo

O Espírito Santo, embora atestado por numerosos textos bíblicos (como Jo 14.16), foi menos considerado no decorrer do século IV. É certo, porém, que quem julgava ser o Filho criatura do Pai tinha o Espírito Santo na conta de criatura do Filho; seria um dos espíritos servidores (cf. Hb 1,14), diferente dos anjos apenas por gradação. S. Atanásio, ao combater o arianismo, defendia também a divindade e a consubstancialidade do Espírito Santo. Por isto, um sínodo de Alexandria em 362 reconheceu a Divindade do Espírito Santo. Isto, porém, não bastou para dissipar os erros: Macedônio, Bispo ariano de Constantinopla deposto em 360, era ferrenho adversário da Divindade do Espírito, reunindo, em torno de si bom número de discípulos, que se chamavam macedonianos ou pneumatômacos (*pneuma* = espírito; *máchomai* = combater). Vários Sínodos rejeitaram a doutrina de Macedônio; o mesmo foi feito pelos padres capadóciolos. Mas o pronunciamento definitivo se deve ao Concílio de Constantinopla I realizado em 381: 150 padres ortodoxos, depois do afastamento de 36 macedonianos, condenaram o macedonianismo e, para explicitar claramente a fé ortodoxa, retomaram o artigo 32 do Símbolo de fé niceno, que rezava apenas: “Cremos no Espírito Santo”; foram-lhe acrescentadas as palavras: “Senhor e Fonte de Vida, que procede do Pai (cf. Jo 15,26), adorado e glorificado juntamente com o Pai e o Filho, e falou pelos Profetas”. Assim teve origem o Símbolo de fé niceno-constantinopolitano, que refuta tanto a heresia ariana quanto a macedônia. Restava, porém, dirimir ainda uma dúvida: se o Espírito procede do Pai, como se relaciona com o Filho? A resposta foi diversa no Oriente e no Ocidente; todavia a diversidade consiste mais na formulação do que na própria doutrina. Os gregos, desde o século IV afirmam que o Espírito procede do Pai através do Filho, ao passo que os latinos ensinam que procede do Pai e do Filho (Filioque). Na Espanha o Filioque foi inserido no Credo niceno-constantinopolitano em 589 e oficialmente recitado, passando depois para outras regiões de língua latina. Os gregos se recusam a

aceitar tal inserção, que se tornou pomo de discórdias nos séculos IX'XI. Atualmente as dificuldades vão sendo superadas, pois em última instância se trata mais de palavras do que de conteúdo.

SIMBOLO NICENO-CONSTANTINOPOLITANO

O Símbolo denominado niceno-constantinopolitano tem sua grande autoridade no fato de ter resultado dos dois primeiros Concílios ecumênicos (325 e 381). Ainda hoje ele é comum a todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente.”(CIC§ 195)

O Credo Niceno-Constantinopolitano ou Símbolo Niceno-Constantinopolitano, é uma declaração de fé cristã que é aceito pela Igreja Católica e pela Igreja Ortodoxa. O nome está relacionado com o Primeiro Concílio de Niceia (325), no qual foi adotado, e com o Primeiro Concílio de Constantinopla (381), onde foi aceita uma versão revista. Por esse motivo, ele pode ser referido especificamente como o Credo Niceno-Constantinopolitano para o distinguir tanto da versão de 325 como de versões posteriores que incluem a cláusula filioque. Houve vários outros credos elaborados em reação a doutrinas que apareceram posteriormente como heresias, mas este, na sua revisão de 381, foi o último em que as comunhões católica e ortodoxa conseguiram concordar em todos os pontos.

A principal razão para a convocação do Primeiro Concílio Ecumênico foi o surgimento e fortalecimento do falso ensino do presbítero alexandrino Ário.

A teoria básica deste falso ensino dos arianos é "que o Filho de Deus fora criado, que Sua existência teve um começo”.

Já o Segundo Concílio Ecumênico condenou o falso ensino dos denominados Pneumatomacos (ou, adversários do Espírito) cujo principal representante foi Macedônio, Arcebispo de Constantinopla.

Este considerava o Espírito Santo como um servo de Deus e cumpridor de Sua vontade, em algo próximo de como se considera os Anjos. Daí que esta heresia não reconhecia O Espírito Santo como uma hipóstase(Pessoa) da Santíssima Trindade.

A Santa Igreja exerceu posição firme para proteger a pureza da doutrina e fé ortodoxa, estabelecendo as verdades básicas da doutrina cristã preservadas no Credo, que é um guia constante para todos os cristãos ortodoxos em sua vida espiritual.

O Credo está dividido em doze partes, das quais sete foram formuladas no Primeiro Concílio Ecumênico, e as outras cinco no Segundo.

Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso,

Criador do céu e da terra,
de todas as coisas visíveis e invisíveis.
Creio em um só Senhor, Jesus Cristo,
Filho Unigênito de Deus,
nascido do Pai antes de todos os séculos:
Deus de Deus, luz da luz,
Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
gerado não criado,
consubstancial ao Pai.
Por Ele todas as coisas foram feitas.
E, por nós, homens, e para a nossa salvação,
desceu dos céus:
e encarnou pelo Espírito Santo,
no seio da Virgem Maria,
e se fez homem.
Também por nós foi crucificado
sob Pôncio Pilatos;
padeceu e foi sepultado.
Ressuscitou ao terceiro dia,
conforme as escrituras;
E subiu aos céus,
onde está sentado à direita do Pai.
E de novo há de vir, em sua glória,
para julgar os vivos e os mortos;
e o seu reino não terá fim.
Creio no Espírito Santo,
Senhor que dá a vida,
e procede do Pai;
e com o Pai e o Filho
é adorado e glorificado:
Ele que falou pelos profetas.
Creio na Igreja una, santa,
católica e apostólica.
Professo um só batismo
para remissão dos pecados.
Espero a ressurreição dos mortos;
E a vida do mundo que há de vir.
Amém.